



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE



Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR

7

1ATA DA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA realizada em 19 de Dezembro de 2007:

2 Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e sete, às 08:30h em primeira convocação e
3 às 09:00h em segunda convocação, com qualquer número de Conselheiros presentes, na sala de
4 reuniões da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP, à Rua Pedro
5 Ivo, número 750, 5º andar, nesta Capital, deu-se início à Assembléia Ordinária do Conselho
6 Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca/PR. Nessa oportunidade, estiveram
7 presentes os seguintes **Conselheiros Governamentais:** Thelma Alves de Oliveira e suplente
8 Ana Lídia Manzoni (Secretaria de Estado da Criança e da Juventude); Álvaro Miguel Rychuv e
9 Aramis Chagas Borges (Casa Civil); Solange Maria Rodrigues da Cunha (Secretaria de Estado da
10 Educação); João Dario de Oliveira (Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania); Heitor Ângelo
11 Scremin França (Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral); Donata Terezinha
12 de Barros Duarte (Secretaria de Estado da Cultura); Luciana Magaldi Johansen (Secretaria de
13 Estado da Saúde); Denise R. Arruda Colin (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e
14 Promoção Social); Nilcéia Ferraro da Silva (Secretaria de Estado de Segurança Pública);
15 **Conselheiros da Sociedade Civil Organizada:** Eliana Arantes Bueno Salcedo (Projeto Recriar
16 Família e Adoção); Paula Baena (Hospital Pequeno Príncipe); Jacqueline Marçal Micali (Escola
17 Profissional e Social do Menor de Londrina – Epesmel); Ane Bárbara Voidelo (Instituto
18 Educacional Dom Bosco); Lúcio Fernando Linhares Machado (Associação Maringaense de Apoio
19 e Reintegração do Adolescente – Amaras - Recanto Mundo Jovem); Creusa Aparecida Sampaio
20 Serrute (Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade – Cemic Assis
21 Chateaubriand); Edson Antônio Galvan (Centro de Recuperação Vida Nova – Cervin); Ires
22 Damian Scuzziato (Centro Comunitário e Social Dorcas); João Vítor Cruzoletto (Fundação Isis
23 Bruder); **Colaboradores e Fiscalizadores:** contou-se com a representante Sra Ana Christina
24 Brito Lopes (Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/PR); Sra Promotora Marcela Marinho
25 Rodrigues (Representante do Ministério Público Estadual); Valtenir Lazzarini (Fórum DCA/PR), e
26 diversos convidados. Reuniu-se o Cedca/PR para deliberar sobre os seguintes assuntos
27 constantes da pauta: 1. Abertura – 8h30; 2. Aprovação da Pauta (disponível na página eletrônica
28 do Conselho, em www.secj.pr.gov.br); 3. Aprovação das atas da reunião Ordinária e
29 Extraordinária de 22 e 23/11/2007; 4. Informes da Secretaria Executiva; 5. Relato das Câmaras
30 Permanentes e Comissões Temáticas Temporárias; 6. Relato do Processo Eleitoral; 7. Relato da
31 Conferência Nacional; 8. Análise e Discussão das Propostas de Deliberação do FIA/2008; 9.
32 Diversos; 10. Encerramento – 17h30. **1. Abertura: A Presidente Thelma** iniciou a Assembléia
33 Ordinária do Conselho saudando e agradecendo a presença de todos os presentes, lembrando
34 que essa seria a última reunião do ano de 2007, dada a importância no que tange às questões e
35 decisões relevantes ao atendimento das Crianças e dos Adolescentes que serão discutidas e
36 aplicadas pelo Conselho. Em seguida, passou a palavra para a **Sra. Regina Amasiles**
37 **Rodrigues Costa** (Secretária Executiva dos Conselhos) que procedeu à leitura de uma
38 mensagem de Natal para os Conselheiros em nome da Secretaria Executiva dos Conselhos,
39 agradecendo o convívio e a participação de todos ao longo do ano. **2. A Pauta foi APROVADA**
40 **da seguinte forma:** 1. Abertura – 8h30; 2. Aprovação da Pauta (disponível na página eletrônica
41 do Cedca/PR, em www.secj.pr.gov.br); 3. Aprovação das atas da reunião Ordinária e
42 Extraordinária de 22 e 23/11/2007; 4. Informes da Secretaria Executiva; 5. Relato das Câmaras
43 Permanentes e Comissões Temáticas Temporárias; 6. Relato do Processo Eleitoral; 7. Relato da
44 Conferência Nacional; 8. Análise e Discussão das Propostas de Deliberação do FIA/2008; 9.
45 Carta do Fórum Regional de Campo Mourão 10. Diversos; 11. Encerramento – 17h30. **3.**
46 **Aprovação das atas Ordinária e Extraordinária das reuniões de 22 e 23/11/2007: A**
47 **presidente** sugeriu que se deixassem as correções das atas para o período da tarde para que os
48 Conselheiros pudessem analisar e apresentar as correções necessárias. **4. Informes da**
49 **Secretaria Executiva:** Os informes foram relatados pela **Sra. Regina Amasiles Rodrigues**
50 **Costa** (Secretaria Executiva dos Conselhos). Foi comunicado o recebimento dos seguintes
51 documentos: Devolução da convocação para o Processo Eleitoral, das correspondências
52 direcionadas aos conselhos nacionais dos municípios de Carambeí, Bela Vista do Paraíso, Imbaú,
53 Guaratuba, Umuarama e Pinhais. **Ofício n° 645/2007**, da Prefeitura Municipal de Paranavaí
54 solicitando prorrogação do Termo de Convênio n° 7239/06, tendo em vista novo plano de

8

10

1

11
12
13
14
15
16
17



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR



55 aplicação para a substituição de material técnico psicológico conforme Ofício nº 644/07. **Of.**
56 **Circular n.º 024**. Convite para a 3ª festa do milho nos dias 8, 9 e 10 de fevereiro de 2008,
57 procedente da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Araucária. Recebimento
58 do compêndio **Causos do ECA, histórias de todos nós**, e relatos enviados por **Antônio Carlos**
59 **Valente** (Presidente do grupo Telefônica no Brasil e do Conselho curador da Fundação
60 Telefônica). Relatório Institucional 2006 da OnG – Criança Segura – Save Kids Brasil com a
61 trajetória de 5 anos de atuação dessa organização no Brasil; versa sobre prevenção com
62 Crianças e Adolescentes de até 14 anos. **Expedido Of. 303** – Cedca/PR, Manifestando
63 agradecimento do Conselho dirigido a Sra. Sandra Terezinha da Silva, do Núcleo de Estudos do
64 Desenvolvimento Regional e Urbano do Ipardes. O recebimento de 1 livro e 2 CDs – **“Pesquisa**
65 **sobre os Conselhos Tutelares do Município de Fortaleza”**, uma iniciativa da Associação
66 Batista Beneficente e Missionária. Relatório de Gestão 2004 – 2007 do Conselho Regional de
67 Psicologia do Paraná. **“Pró Conselho Brasil”** - Aliança estratégica entre o Instituto Telemig
68 Celular – Conanda – Secretaria Especial de Direitos Humanos. Conforme foi solicitado pelo
69 Conselho, encaminhou-se ao grupo de Planejamento Setorial o **Memo 028**, a respeito de
70 execução orçamentária destinada à Criança e Adolescente vindo a resposta inclusa e assinada
71 pela chefia daquele grupo. **Requisição n.º 3901** do Ministério Público do Trabalho –
72 Procuradoria Regional – 9ª Região assinado pela Sra. Procuradora **Mariane Josviak** – dando um
73 prazo para o cumprimento do requerido 2390, de 27 de junho de 2007. Informou-se que essa
74 Secretaria Executiva assumiu em julho, dessa forma foi procurado esses documentos nos anais
75 porém não foram encontrados. Dessa forma, será feito um novo expediente a Sra. Procuradora,
76 solicitando o conteúdo desse documento. Ainda, recebemos informação de **Denise Mello, da**
77 **Secretaria Especial de Direitos Humanos**, de que estaria sendo disponibilizada uma doação
78 de computadores para conselhos tutelares, especificando que seriam 2 computadores destinados
79 a São José dos Pinhais, 8 para Curitiba e 1 para Colombo; o Banco do Brasil estaria, então,
80 providenciando essa doação. Encaminhou-se essa solicitação à Secretaria de Estado da Criança
81 e ficamos incumbidos de fazer contato com esses conselhos tutelares, informando que essa
82 medida já foi tomada e esses organismos estão providenciando a documentação a ser enviada a
83 Brasília para em seguida o Banco do Brasil disponibilizar essas máquinas a serem retiradas no
84 Estado de Santa Catarina. **5. Relato do processo Eleitoral: A Sra. Ana Christina Brito**
85 **Lopes** (Representante da OAB/PR) foi a relatora, apresentando um relatório para formalizar o
86 resultado e a apuração das eleições (anexo 1). Ainda destacou que o clima das eleições foi muito
87 tranquilo devido à grande harmonia dentro da própria equipe que fez o deslocamento e todo o
88 Processo Eleitoral, estando de acordo em todas as decisões tomadas. Contou-se com a presença
89 do Ministério Público, com exceção de Londrina que a promotora não se fez presente, pedindo
90 para uma estagiária ir até o local. Fez um elogio a dois promotores que chamaram a atenção de
91 toda a equipe: a promotora **Cleonice da Macro Regional de Campo Mourão** e o promotor
92 **Carlos de Ponta Grossa**; em especial o promotor **Carlos** que teve duas falas importantes no
93 Processo Eleitoral. Ainda observou-se alguns pontos a serem corrigidos para a próxima eleição
94 dentro do Regimento; tais detalhes foram anotados para fluir melhor na próxima eleição, em
95 específico no próprio cronograma que necessita de algumas mudanças. Agradeceu o apoio dado
96 pela Secretaria da Criança, a **Srta. Ana Lídia** e **Sr. Carlos Augusto de Jesus** que tiveram todo
97 um trabalho de planejar a hospedagem, proporcionando boas condições de deslocamento, devido
98 a ser uma viagem bastante cansativa. Colocou da sua satisfação de ter participado desse
99 Processo Eleitoral, que foi executado com carinho, agradecendo a todos que a acolheram.
100 Destacou a fala do **Sr. Valtenir**, exaltando a importância dos conselheiros de Direitos. A
101 **Conselheira Eliana**, como representante da sociedade Civil, parabenizou a **Sra. Ana Christina**
102 e toda a equipe, informando que ocorreram dificuldades no começo para organizar, porém, ao
103 final, tudo correu bem. Os itens que estão sendo levantados e anotados pela **Sra. Ana Christina**
104 ficaram como tarefa para a nova gestão dos conselheiros e, talvez em fevereiro, retomar o
105 Regimento Interno do Conselho. A **Presidente** solicitou que se deixasse uma cópia das
106 sugestões, ficando como encaminhamento passá-las para os conselheiros para a próxima
107 reunião. O **Conselheiro João Vitor** questionou sobre o assunto titular-suplente, e a **Sra. Ana**
108 **Christina** informou que no Regimento Interno da Eleição havia um item que dava condição de o

18
19
20

21
22
23
24
25
26
27



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR



109sSuplente votar, caso o Titular estivesse impedido. Haveria, porém, necessidade da apresentação
110de uma justificativa e ninguém se deteve no detalhe. Assim, tal situação que deveria ser
111automática, não o pôde ser por força do definido no regimento interno das eleições. A solução
112dada pela comissão eleitoral foi para que fosse enviado, via Fax, as justificativas que faltaram.
113**6. Relato da Conferência Nacional:** A **Conselheira Paula** informou que infelizmente não foi
114uma Conferência positiva, houve confluência de fatores negativos, desde organização logística,
115informando que os conselheiros chegaram no dia da Conferência e que alguns trabalhos já
116haviam iniciado. Ainda, que a empresa contratada por R\$ 1,5 milhão, a **BOEING TURISMO** fez
117uma organização catastrófica, sendo que a delegação não tinha crachá, não podia entrar, o que
118aconteceu com outras delegações, o espaço físico locado pela Secretaria Especial de Direitos
119Humanos foi péssimo, sem nenhuma forma de acomodação que propiciasse uma atividade que
120reunia Mil e Quinhentas pessoas, a própria condução da Conferência por parte do Conanda
121também não foi positiva. Havia uma mesa de abertura com a presença do **Presidente Lula**,
122significando um atraso de quase três horas para iniciar a Conferência, havia uma mesa na
123Conferência composta completamente pela área Governamental, inclusive a vice-presidente do
124Conanda foi educadamente convidada a se retirar da mesa. No dia seguinte, a aprovação do
125Regimento Interno levou o dia todo; do seu ponto de vista, é uma coisa desagradável. A
126**Presidente** destacou ter-se ficado um dia inteiro falando em Regimento Interno e no último dia
127da votação só havia dez pessoas acompanhando o processo. A **Conselheira** complementou
128dizendo ainda que devido ao calor, ao lugar péssimo, sem ventilação, desconfortável, uma
129lástima com muitas pessoas dispersas, a qualidade das propostas foi muito baixa. Destacou que
130os conselheiros, na próxima Conferência, deverão sair um dia antes, pois, muitos transtornos
131ocorreram por terem chegado no dia da abertura da Conferência. Ainda destacou que a viagem
132de alguns foi de avião e a dos demais de ônibus o que a Conselheira considerou ser absurdo. A
133**Conselheira Ires** complementou agradecendo as pessoas que fizeram a licitação do Hotel,
134considerado-o muito bom; a delegação do Paraná ficou bastante unida e os adolescentes
135comportaram-se muito bem. Solicitou para que fique registrada a questão das **conselheiras**
136**Ires, Jacqueline e Creusa** sobre o transporte do município até a Capital; por várias vezes
137solicitaram que se fizesse a cobertura das despesas, em função de as mesmas estarem
138representando o Conselho e não seus municípios ou entidades, e que ainda estão aguardando o
139ressarcimento das passagens. A **Sra. Regina** informou que assim que receberam a ligação, foi
140feita expedição de um documento ao **Diretor Geral** explicando que a representação estava
141sendo feita pelas conselheiras através do Cedca/PR, sendo que foi chamada ao Gabinete para
142prestar alguns esclarecimentos sobre essa situação; solicitou-se a **Sra. Marli**, área financeira
143da Secretaria de Estado da Criança, uma vez que o Diretor solicitou que fosse anexado ao
144Memorando a autorização do Governador para o pagamento dessas passagens. A **Conselheira**
145**Creusa** complementou informando que houve um ponto positivo nessa Conferência que foi a
146palestra do **Sr. Olímpio Sotto Maior**, considerada a melhor fala e que realmente apaziguou
147toda essa situação. Para o Estado do Paraná, sua exposição foi relevante naquele momento. Em
148nome dos adolescentes, faria um relato na próxima reunião. Realmente, foi feito um trabalho
149muito bom, agradeceu aos que contribuíram e participaram, tiveram à disposição um veículo
150cedido por um Deputado e conheceram os pontos turísticos do Estado. A **Sra Presidente** fez um
151encaminhamento para que fosse enviado uma carta do Conselho ao **Sr. Olímpio**, parabenizando
152pela palestra e a sua representação. O **Conselheiro Aramis** complementou a fala da
153**Conselheira Paula**, informando que foi uma total falta de respeito para com os participantes,
154os adolescentes e os conselheiros que viajaram, sendo que a delegação não teve nenhum apoio
155do Conanda, da organização, ressaltando o empenho da **Sra Solange** que estava responsável
156pelo grupo da Secretaria, que ficou sem credenciamento, sugeriu que deveria ser encaminhada
157uma carta ao Conanda, colocando todos esses detalhes; soube que a Conferência da Assistência
158Social ocorreu da mesma forma. Brasília não tem condições de sediar uma Conferência Nacional;
159poderia ser descentralizado. Que fosse encaminhada uma correspondência para o Primeiro
160Secretário da Câmara que é o **Deputado Osmar Serraglio**, agradecendo o seu empenho. O
161**Conselheiro Lúcio** complementou a fala do **Conselheiro Aramis** concordando com a
162correspondência para o referido Deputado. A **Sra. Ana Christina** informou que existe um

28
29
30

31
32
33
34
35
36
37



Secretaria de Estado
da Criança e da Juventude

SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR



CEDCA-PR

163material disponível para quem se interessar que se chama “Eco 92” que traz a fala de uma
164adolescente, enaltecendo a importância do protagonismo juvenil. A **Presidente** ressaltou dois
165pontos da Conferência: 1) Como positivo, as reuniões paralelas de conselheiros e 2) como
166negativo, a constatação da falta de conexão entre o Conanda e o Cedca/PR . Informou que outra
167decepção ocorrida foi na votação das propostas, que ocorria o dia todo. A Plenária começou com
168Mil pessoas e depois de um tempo não haviam mais do que vinte pessoas votando. Isso não é da
169organização, e, sim, de cada participante da Conferência. É evidente que a organização
170dificultou, mas, uma Conferência só pode ser boa quando os participantes também cumprem o
171seu papel. Viu-se que os participantes foram muito estimulados para atividades fora da pauta
172principal e eles reagiram a isso, foram fazer compras, passear e ver eventos, e o foco principal
173da Conferência foi deixado. Tanto pela organização quanto pela atitude dos participantes,
174confessou que estava muito difícil permanecer na votação. A **Sra. Ana Christina** solicitou que
175ao término desse período da reunião fosse colocado o vídeo “Eco 92”, para a apreciação dos
176conselheiros. **7. Relato da Câmara do FIA:** Atuaram os seguintes conselheiros: Ana Paula R.
177Baena (Hospital Pequeno Príncipe), Creusa Aparecida Sampaio Serrute (Cemic), Ires (Dorcias),
178João Dario (SEJU), João Vitor Cruzoletto (Fundação Isis Bruder), Lúcio Fernando L. Machado
179(Amaras), Apoio Técnico: Carlos Augusto de Jesus, Adelaide Fortes, Cristiane Dias de Lima Dalto.
180**Sr. Carlos Augusto de Jesus** foi o relator, informando que foram analisados quatro projetos
181e todos solicitando a inclusão no banco de projeto. **Processo n.º 9.731.104-8 - INTERESSADO:**
182Projeto Recriar – Família e Adoção - A entidade apresenta projeto de apadrinhamento efetivo
183para ser incluído no Banco de projetos – FIA. O projeto atende sessenta (60) crianças e
184adolescentes institucionalizados com o objetivo de amenizar os efeitos da institucionalização e
185de promover a convivência familiar e comunitária. O valor do projeto é de R\$ 95.997,60 (noventa
186e cinco mil, novecentos e noventa e sete reais, sessenta centavos) e será aplicado em material de
187consumo, pagamento de pessoal e serviços de terceiros. **Parecer da Câmara: Favorável.**
188**Parecer do Cedca: Aprovado.** **Processo n.º 9.731.106-4 - INTERESSADO:** Central de Notícias
189dos Direitos da Infância e da Adolescência – Ciranda - A entidade apresenta projeto de
190contraturno, de qualificação profissional com vistas a contribuir para com a prevenção e a
191erradicação das piores formas de trabalho infantil no Estado do Paraná. O foco do trabalho está
192nas regiões de Almirante Tamandaré, de Colombo e de Paranaguá. O público-alvo a ser atendido
193pelo projeto é de 550 crianças e adolescentes – no contraturno – e de 200 na formação
194profissional. O valor do projeto é de R\$ 418.435,00 (quatrocentos e dezoito mil, quatrocentos e
195trinta e cinco reais), a ser gasto com material de consumo, equipamentos, prestação de serviços
196de terceiros, pagamento de pessoal, material e serviço de divulgação. **Parecer da Câmara:**
197**Favorável. Parecer do Cedca: Aprovado.** **Processo n.º 9.731.105-6 - INTERESSADO:**
198Pequeno Cotelengo do Paraná - O projeto tem por objetivo propiciar a contínua melhoria na
199qualidade de vida e a inclusão social das 61 crianças e adolescentes residentes da instituição,
200portadores de necessidades especiais múltiplas. O valor do projeto é de R\$ 675.901,86
201(seiscentos e setenta e cinco mil, novecentos e um reais, oitenta e seis centavos) e será
202destinado à aquisição de material de consumo, equipamentos e produtos médico-hospitalares.
203**Parecer da Câmara: Favorável. Parecer do Cedca: Aprovado.** **Processo n.º 9.731.107-2 -**
204**INTERESSADO:** Associação Mãos Estendidas - Tem por objetivo propiciar à população atendida
205pelo programa a organização de novo projeto de vida, criando condições para o fortalecimento e
206a aquisição de referências na sociedade como sujeitos de direitos. O valor do projeto é de R\$
207235.831,74 (duzentos e trinta e cinco mil, oitocentos e trinta e um reais, setenta e quatro
208centavos) a ser dispendido na aquisição de equipamentos, na prestação de serviços de terceiros,
209no pagamento de pessoal e material de consumo. O público a ser atendido em 2008 consiste em,
210no mínimo, 600 pessoas, sendo famílias de crianças e adolescentes em situação de risco (em
211processo de evasão ou evadidos da rede de ensino local). **Parecer da Câmara: Favorável.**
212**Parecer do Cedca: Aprovado.** Informou que ficaram pendentes duas deliberações que serão
213apresentadas no período da tarde. A **Conselheira Luciana** lembrou a **Presidente** de que nesse
214ano ocorreram grandes avanços: um deles foi o de disponibilizar no site do Governo um ícone,
215chamando a atenção para a doação ao FIA, ocorrendo um grande número de acessos, e, o
216segundo, foi o de montar algumas entrevistas e matérias sobre doação ao FIA que estão sendo

38
39
40

41
42
43
44
45
46
47



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR



217veiculadas na TV Educativa, que tem uma grande audiência. Essas foram as razões de uma salva
218de palmas e agradecimentos. O **Conselheiro João Vitor** agradeceu a Conselheira e Secretária
219pela atenção que foi dada à Conferência Municipal da Juventude realizada em Maringá. a
220**Presidente** agradeceu e explicou que tal evento aconteceu em alguns municípios, sendo que a
221idéia seria a de que ela estivesse presente. Como não houve essa possibilidade, foi encaminhada
222uma carta que, de certa forma, acabou funcionando como um substituto da presença. O
223**Conselheiro João Vitor** fez relato da carta da Regional de Campo Mourão. **8. RELATÓRIO**
224**FÓRUM DCA REGIONAL DE CAMPO MOURÃO COM RELAÇÃO AO PACTO PELA**
225**INFÂNCIA E JUVENTUDE:** “O Fórum DCA Regional Campo Mourão, em reunião realizada dia
22622/11/2007, após decisão unânime dos presentes apresenta o seguinte relatório frente ao Pacto
227da Infância e Juventude. Considerando o Decreto n.º 3.963/94, que cria o Fundo da Infância e
228Adolescência – FIA, que especifica em seu Artigo 1º, parágrafo primeiro, os recursos alocados
229neste fundo: *“destinam-se a **programas de proteção especial** à criança e ao adolescente*
230*expostos à situação de pessoal e social e, excepcionalmente, a projetos de assistência social para*
231*crianças e adolescentes que delas necessitem, a serem realizadas em caráter supletivo em*
232*atendimento às deliberações do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do*
233*Adolescente”*; - Considerando as demais atribuições do CEDCA, conforme Lei 9.579/1991; -
234Considerando que independente do trabalho que é avaliar projetos; o decreto que criou o FIA,
235ênfatiza que é um trabalho que será realizado com apoio do IASP, ou seja, atual Secretaria da
236Criança, pela equipe técnica, então não será pelo fato de menos ou mais trabalho que se deve
237modificar a lógica de distribuição do FIA; - Ressalte-se que o FIA para 2008 representa R\$
23832,920,000.00, ou seja, 0,18% (zero virgula dezoito por cento) do Orçamento geral do Estado,
239sendo que o somado ao da Secretaria de Estado da Criança e Juventude, o valor chega a R\$ 109
240milhões, que representa 0,55%. - O orçamento do Estado para 2008 é algo em torno de 19
241bilhões, onde o Poder Executivo tem 92,95% para executar; e o governo do estado não tem R\$ 32
242milhões para investir em sua política pública de atendimento estadual na área da criança e
243adolescente? Só a Chefia do Poder Executivo terá 7,11% do montante total do orçamento,
244enquanto a Secretaria de Estado da Criança e Juventude terá para 2008 o valor de R\$ 109
245milhões, sendo que isto representa 0,55% do orçamento total!!! - Não está se dando a prioridade
246absoluta pela administração estadual, o princípio constitucional tão defendido pelo CEDCA não
247está sendo atendido e continuará não sendo atendido caso venha a ser deliberado todo o FIA em
248favor da política do Estado. - É perceptível que a Secretaria da Criança não tem prioridade
249absoluta na formulação do orçamento, frente ao Governo do Estado, pois se for retirado o valor
250do FIA de seu orçamento, sobram apenas R\$ 14,666,000.00 para o sistema de socio-educação e
251R\$ 2,734,000.00 para o sistema de proteção e R\$ 57 milhões para manter a estrutura e
252servidores! Considerando que o Governo do Estado não mantém a prioridade absoluta no que
253tange ao orçamento, como pode o CEDCA deliberar todo o recurso do FIA-2008 para atender
254projetos do Pacto pela Infância que se autodenomina de política pública do Governo do Estado
255do Paraná. O CEDCA não quer manter projetos dos municípios pequenos com dinheiro do FIA,
256mas quer financiar a política do Estado? - Somente no ano de 2007 o FIA recebeu 585 projetos,
257sendo que foram aprovados na oportunidade 274 projetos, 173 foram encaminhados para ajustes
258e apenas 13 reprovados; ou seja, cada município tem uma necessidade ou uma realidade
259diferente que deve ser planejada e executada dentro de seu território, com orientações para
260melhor aplicação do recurso; o que não implica no fato de que todos são despreparados, mas sim
261que muitas vezes estão mal informados, pois o teor de muitas discussões não chegam a todos os
262municípios. - Pensando neste prisma, não se pode radicalmente cortar recursos do FIA aos
263municípios. Esta Regional do Fórum/DCA **posiciona-se favorável ao financiamento das**
264**ações de proteção especial de Prestação de Serviço a Comunidade e Liberdade Assistida**
265**e de reordenamento dos abrigos**, desde que os projetos estejam bem estruturados, haja vista
266que em contato com atuais conselheiros verificou-se que os mesmos não tiveram sequer acesso
267aos projetos de forma mais detalhada conforme prometido na reunião realizada do dia 23 de
268novembro de 2007. Ou seja, nem mesmo os conselheiros (não governamentais e governamentais)
269receberam os projetos completos. Posicionamos de forma contrária a aprovação dos projetos:
270**Pais e Filhos; Atitude; De Bem com a Vida e Centros da Juventude. Pais e Filhos:** opinião

48
49
50

51
52
53
54
55
56
57



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR



271desfavorável; justificando-se pelo fato de que o que fora apresentado é uma copia muito
272semelhante dos serviços executados pelo CRAS (não podemos dizer que este programa não
273funciona, por que está sendo implantado desde junho de 2005, a maioria dos municípios
274paranaenses ainda não tem este serviço, a programação para a implantação do SUAS é que até
2752015 todos os municípios brasileiros tenham pelo menos um CRAS funcionando, o projeto do
276CRAS é mais abrangente e mais barato), além disso financiar Residência Técnica com recursos
277do FIA não parece viável, pois o projeto apresentado não demonstra o retorno que terá a área da
278criança e adolescente com tal financiamento. **Atitude:** programa tem previsão de beneficiar
279apenas 1779 adolescentes com custo altíssimo, projeto mal estruturado. **De Bem com a Vida:**
280No Orçamento para 2008 a Secretaria de Estado de Saúde, tem destinado R\$ 688.000,00 para
281atendimento de adolescentes em situação de drogadição, somente este valor! Já o projeto visa
282retirar do FIA R\$ 4.000.000,00 para atender situação de saúde mental que deveria ser
283responsabilidade da Secretaria de Saúde pois deveria ampliar sua rede de atendimento com
284recursos próprios. **Programa D+:** Opinião favorável; desde que seja mais amplo, beneficie
285maior número de municípios sem diminuir o valor destinado a cada município, que o FIA priorize
286a implantação ou reforma de locais para contra-turnos em pequenos municípios no ano de 2008,
287esclarecendo que seria o último ano a destinar recursos para este fim. Esperamos que
288considerando todos estes pontos, o CEDCA, possa avaliar melhor os projetos e a respeito da
289deliberação, para que possa pesar qual será a melhor e mais prioritária lógica a ser deliberada
290por este conselho. Não podemos esperar mais para que o Governo do Estado deixe de alocar
291recursos no orçamento para atender a área da criança e adolescente, e ao deliberar no sentido
292de que todo o recurso do FIA vá para política do Pacto pela Infância, percebe-se que o próprio
293Conselho Estadual estará sendo conivente com esta falta de prioridade absoluta na hora de
294elaborar a aplicar o orçamento. Coordenação Regional do Fórum DCA de Campo Mourão: Maria
295Sezineide, Cavalcante de Melo, Nadir Fantin, Luciano Antonio da Rosa, Paulo Candido, Zilda
296Inglez Modena”. A **Presidente** informou que esta carta tem dois pontos positivos: 1) o exercício
297do controle social e 2) o estudo que foi feito do orçamento do Estado. Porém, contém algumas
298falhas. Primeiro, tem um posicionamento em cima de uma coisa que está em construção, sendo
299que nenhum projeto está mantido, hoje, daquele jeito ou naquela lógica, dessa forma é uma
300precipitação em cima de algo que ainda está sendo trabalhado; os documentos não foram
301passados porque não estavam prontos, sendo que apenas no dia 18 de dezembro de 2007
302ficaram disponíveis. Dessa forma, apenas no dia 19 de dezembro de 2007 voltou-se a discutir;
303concorda plenamente, como Conselheira, quando a crítica está sendo feita em relação ao
304Orçamento Público, onde já foi dito que, como Conselho, há que se ter mais força para alavancar
305mais recursos públicos na área da Criança e do Adolescente. Até aí nenhuma ressalva, porém,
306quando vem para o recurso do FIA há uma confusão, posto que se trata de FIA Estadual não
307Municipal, colocando que gostaria que esse Fórum fizesse a mesma cobrança ou tivesse essa
308mesma visão em relação ao FIA Nacional. Colocou que o FIA Nacional trabalha política
309nacional, o FIA Estadual trabalha política Estadual e o FIA Municipal trabalha política Municipal;
310o Pacto pela Infância e Juventude sintetiza a política estadual definida pelo Conselho, sendo uma
311decisão do Conselho equilibrar o recurso em programas que evitarão abandono escolar, infração
312e também não colocar todo recurso só na proteção especial. A presidente reprovou o tom de
313oposição irrefletida da carta e que preocupa o destino do Conselho e o tom da discussão que se
314vai estabelecer neste Conselho, informando que gostaria que esses novos conselheiros
315refletissem um pouco e primeiro entendessem o contexto e a cultura de funcionamento.
316Considerou que cabe à Secretaria e sua Equipe Técnica elaborar propostas com base no acúmulo
317de conhecimento e nas diretrizes do Conselho. Existe uma autocrítica do Cedca em relação à
318distribuição do FIA. Nesta avaliação, o Conselho levantou dois principais problemas: desvio de
319finalidade e dispersão de recursos. Ainda existe um outro equívoco em relação à política do
320Estado e dos municípios; o dinheiro do FIA não é um recurso para desenvolvimento social dos
321municípios. Existe um plano de desenvolvimento do PDE do Pluri Anual do Estado, que traz um
322plano de investimento que compensa essa realidade dos municípios, já que, não serão trinta
323milhões de reais/ano que resolverão o problema da pobreza do município e a incapacidade
324operacional de dar conta dos seus problemas. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento

58
59
60

61
62
63
64
65
66
67



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR



325social é uma coisa, atendimento a Criança e Adolescente é outra – esse é o nosso foco. Se isso
326for perdido de vista, não se vai deliberar política, nem direcionar corretamente o recurso.
327Falando como Secretária, desde o início foi colocado que o recorte da Secretaria da Criança
328seria do atendimento socioeducativo, da gestão dos recursos do FIA e da articulação das outras
329políticas – por que se todo o dinheiro estivesse na Secretaria da Criança, se teria 40% do
330Orçamento do Estado. Por exemplo, o dinheiro da Segurança Pública, Educação, Saúde,
331Assistência Social, o dinheiro de todas as secretarias voltados para a Criança deve estar no
332orçamento dessas pastas não pode estar na da Criança, o Estado do Paraná fez um recorte da
333Secretaria da Criança de uma parte e com a tarefa de articular essas políticas e potencializar. O
334valor destinado ao orçamento, se comparado com os demais orçamentos da Secretaria da
335Cultura, Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, não é pouco. Enquanto
336Orçamento Público do Estado, o Conselho precisa fazer uma análise crítica e se posicionar,
337enquanto FIA. O FIA Estadual não existe para compensar todas as dificuldades das prefeituras e
338nem realizar política municipal. Todo o esforço foi feito para deliberar política estadual, definir
339programas estaduais e colocar o FIA, nessa ordem, sobre uma análise crítica que havia sido feita
340pelo Cedca. O **Conselheiro Álvaro**, participante da Comissão de Orçamento, colocou que a
341comissão atuou e, na primeira oportunidade, foram solicitadas, via Secretaria, as informações de
342valores que constariam da proposta orçamentária para 2008. Na segunda oportunidade, foi
343referendada essa solicitação para que fosse informado quais os valores e quais as atividades em
344que o Estado colocaria recursos para atendimento à Criança e ao Adolescente. Fazendo uma
345crítica de caráter pessoal, mas, também, como integrante da Comissão de Orçamento, propôs
346que os integrantes da Comissão de Orçamento, referendando exatamente o que a Secretária e
347Presidente informou, constituam uma comissão atuante em cada secretaria, para que se saiba se
348haverá alguma atividade ou projeto que vise ao atendimento da Criança e do Adolescente. A
349**Presidente** informou, a título de esclarecimento, que já houve uma conversa com a Secretaria
350de Planejamento, informando que o **Sr. Daniel** e o **Sr. Secretário Enio** se dispuseram a formar
351uma Comissão com todas as secretarias para desenhar o OCA. Porém, vai ficar para fevereiro,
352sendo que isso já está encaminhado, é o Orçamento Criança do Estado. Destacou que hoje a
353discussão é do recurso do FIA que é um recurso suplementar à política, sugerindo que a carta
354seja registrada como recebida. O **Conselheiro Lúcio**, também membro da Câmara de
355Orçamento, colocou que o desrespeito da Secretaria responsável em enviar o orçamento
356solicitado em junho do corrente ano é tão grande que apenas recentemente chegou na pasta da
357Comissão de Orçamento uma reportagem do jornal dizendo o que é o Orçamento do Estado.
358Dessa forma, só foi tomado o devido conhecimento através de uma reportagem de jornal,
359informando, ainda, o absurdo que é o desrespeito à Comissão presente de Orçamento. informou,
360ainda, que deve ser bem frisada para que em 2008 esse respeito comece a ocorrer por parte do
361Estado. A **Sra. Presidente** informou que a proposta orçamentária do Estado está disponível na
362Internet. O **Conselheiro João Vitor** falou a respeito dessa reportagem que foi trazida pela
363**Conselheira Eliana** e sobre a Comissão de Orçamento. A **Presidente** questionou se vai ser
364discutido o orçamento do Estado ou sobre o repasse do FIA, informando que foi cortado o relato
365das Câmaras de Orçamento, entrando no tema Deliberação do FIA e, agora, se estaria perdendo
366o foco da discussão; não se está negando a discutir orçamento, porém, agora, não é o melhor
367momento para o fazer. O **Conselheiro João Vitor** informou que irá apenas fazer uma ressalva
368em cima do que a Presidente informou sobre a questão do orçamento e da prioridade,
369considerando que pelo que foi apresentado através das tabelas entregues a cada Conselheiro, no
370Plano Pluri Anual houve um aumento de 48% em comunicação social, em obras públicas – um
371aumento de 477% - enquanto para a Criança e Juventude houve um aumento de 10%. A
372**Presidente** destacou a importância desses 10% de crescimento, informando, ainda, que o PDE
373dos investimentos e os documentos oficiais estão disponíveis para quem tiver interesse de
374analisá-los. A **Conselheira Eliana** deu razão à **Presidente**, informando que a Câmara de
375Orçamento não se reuniu no dia anterior à Plenária, destacando que essa carta de Campo
376Mourão é um exercício de democracia, justificando que trouxe a reportagem para que os
377conselheiros tomassem conhecimento e que se pudesse realmente fazer um melhor
378acompanhamento. O **Sr. Valtenir** destacou a importância da carta encaminhada; que é válida a

68
69
70

71
72
73
74
75
76
77



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR



participação da sociedade como um todo, e especificamente na questão do FIA existe um problema que revela um pouco daquilo que o Conselho criou enquanto cultura. A **Conselheira Solange** perguntou da possibilidade de o Conselho enviar para esse Fórum uma resposta por escrito, que essa carta fosse registrada em ata pelo exercício da democracia e, ainda, que nesta ata também ficasse registrado que este Conselho irá responder a carta atendendo todos os dados com relação à distribuição de verba pública, principalmente, e outros itens já justificados verbalmente pela Presidente. A **Presidente** relatou que se o Conselho entender que a resposta deve ser efetivada, sugeriu que se todos concordaram com os pontos levantados - a importância do controle social, a reflexão do estudo sobre orçamento, como o Conselho deve evoluir nessa questão e apontar as falhas em relação aos tempos -, se todos concordarem informou que o texto está gravado, porém, informou que não precisa ser respondido agora, pois a própria decisão das deliberações será uma resposta objetiva. Foi concedida a palavra a **Sra. Promotora Marcela (CAOPCA)** que relatou: o Centro de Apoio da Infância e Juventude tem o papel de acompanhar esse Conselho de Direitos, com direito a voz e não a voto, e ainda lembrou a responsabilidade do Conselho enquanto co-gestor da política pública; informou que teve acesso prévio a toda documentação e tendo refletido nos centros de Apoio sobre as novas formas de repasse de recursos. Existem questões pontuais, começando pelo Projeto Liberdade-Cidadã, que é o Liberdade Assistida e o Programa em Meio Aberto. Nesse aspecto, já é uma discussão mais amadurecida estando de acordo com que ele seja focado para os municípios de maior demanda porque o que estava acontecendo é que os municípios de menor porte têm adolescentes em situação de vulnerabilidade social onde um contraturno social, que acabou sendo a demanda que veio para o Conselho, daria conta e pelo Conselho estar financiando indistintamente LA e PSC acabavam estigmatizando esses adolescentes. Assim, um município como Congoinhas deve ter um projeto de Liberdade Assistida, porém, o próprio município poderia cuidar disso. Existe um posicionamento divergente aos estudos que foram feitos pela Secretaria da Criança que estão em andamento e da universalidade, entendendo que o Fundo da Infância e essa destinação de recursos devem ser passados de forma universal para todos os municípios. Declarou que acompanhou alguns municípios e observou que ia para o Fundo e acabavam sendo repassados cinco mil reais para cada entidade; essa pulverização não se concorda. Na nossa lógica, são os mais pobres que deveriam ter um aporte financeiro maior, sendo que a crítica é quanto à lógica de distribuição de recurso, pois está focada em alguns Municípios deixando de dar o atendimento universal. Isso poderia ser feito sem a dispersão de recursos, bastando o Conselho dentro do diagnóstico que tem hoje da realidade dos municípios, não precisando financiar LA e PSC para todos os municípios do Estado. os municípios de menor porte que não tem essa demanda poderiam estar trabalhando com contraturno social para atender aqueles adolescentes e população de vulnerabilidade social. Essa é a tônica de divergência com relação a essa lógica de distribuição de recursos, destacando que gostaria de deixar registrado para que mais tarde o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude não seja responsabilizado por uma omissão. Num momento tão importante, desejou que os Conselheiros tenham as luzes deste final de ano para decidir sobre uma questão máxima. Com relação ao programa de Acolhimento Familiar, existem, também, algumas pontuações e observou-se que a destinação de recursos para 2008 visa aos municípios que já tem a instituição, deixando para 2009 aquela ponta dos municípios onde não existe sequer abrigo. Tal situação a preocupa porque imagina que são esses que acabam criando os abrigos e as instituições por conta da demanda de dois ou três casos que o Acolhimento Familiar poderia estar atendendo. A divergência é com relação a boa prática do Atitude. Informou que é um bom programa, porém, deixa de dar a universalidade ao atendimento pelo FIA, e esse é o posicionamento contrário. A **Presidente** ponderou o que já foi discutido em relação a essa universalidade: não existem recursos para atender a todos os municípios e a todas as necessidades, esse é um ponto. Segundo, a universalidade deve ser dar sobre um diagnóstico como se está fazendo hoje. Anteriormente, não havia diagnóstico, não havia reflexão sobre os problemas e dessa forma o recurso do FIA era distribuído como um banco de financiamento e é um desejo de mudança que todos os Conselheiros tem. A **Srta. Aline** informou que foi feita a identificação de alguns pontos do Pacto que embasam e fundamentam a ação e a formação da capacitação (Anexo 2), foi disponibilizado um programa para atender a

78
79
80

81
82
83
84
85
86
87



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR



433 formação do plano Estadual de enfrentamento ao trabalho infantil com a previsão de publicação
434 e de formação dos profissionais, correspondendo a cinquenta mil reais para essa publicação e
435 cem mil reais para o encontro, esclarecendo que, quando se coloca dez por regional, a rede está
436 estruturada por regional porém quer dizer todos os atores que compõem essa rede e não só as
437 pessoas que compõem a rede de enfrentamento ao trabalho infantil. A **Presidente** informou que
438 para todas as capacitações foram reservadas publicações, informando que a **Srta. Ana Lídia**
439 trouxe uma publicação sobre família, com ações relativas ao trabalho infantil. a **Conselheira**
440 **Ires** questionou se ficarão apenas 150 participantes para todo o Paraná, pois são 399
441 Municípios. A **Srta. Aline** informou que será devido a essas redes que já tem os representantes.
442 Dessa forma, se teria a reprodução desse movimento e formação em nível local; inclusive, as
443 universidades trabalharam o levantamento em vários encontros relacionados à violência. Por
444 conta de já ter o estabelecimento de algumas pessoas identificadas, se pensou em investir nessas
445 que estão assumindo esse papel e que esse movimento se reproduza nas regionais e nos
446 municípios. A **Conselheira Ires** colocou, ainda, que julga ser um número muito baixo, 150
447 pessoas. A **Presidente** informou que existe um problema, pois a maioria dos municípios tem
448 uma Assistente Social e essa comparecerá no evento sobre violência do Conselho Tutelar,
449 ocorrendo que é sempre o mesmo ator que vem em quase todas as capacitações. A **Conselheira**
450 **Ires** ainda colocou que se poderia aumentar esse valor e o número de pessoas e a plenária
451 concordou com a sugestão. Na seqüência a **Srta. Aline** apresentou o **projeto Crescer em**
452 **Família**, com publicações no mesmo sentido, de suporte desse trabalho e a capacitação das
453 pessoas que estarão envolvidas, a princípio foram pensados 720 participantes dos 399
454 municípios do Estado, entre técnicos e demais atores da rede de Convivência Familiar de
455 Crianças e Adolescentes, sendo uma capacitação descentralizada para que se possa de fato
456 alcançar as pessoas e na perspectiva de que não é só um representante mas que, também, venha
457 junto o município e a entidade para que se possa difundir essa proposta de trabalho. Esse
458 momento vai ter muita importância para o programa porque estará sendo implementado no
459 próximo ano e as pessoas precisam de conhecimento para que a concepção esteja formada e
460 também para operacionalizar o programa. O **Conselheiro Aramis** sugeriu que se aumentasse o
461 número de participantes de 720 para 800, havendo concordância da **Presidente**. Em seguida, a
462 **Srta. Aline** apresentou tema referente ao **Programa Atitude** onde havia duas ações de
463 formação, uma que é a Residência Técnica e a outra que é a Capacitação Inicial para a
464 implantação do programa, identificadas as redes e identificando os atores que irão
465 operacionalizar o programa. Sendo identificadas essas pessoas, precisariam explicar o
466 programa, explicar a perspectiva de trabalho, trabalhar a concepção dessa integração, dessa
467 sistemática nas ações propostas, sendo a residência em setecentos e quarenta e quatro mil e a
468 capacitação inicial para duzentos e cinquenta mil, identificando quem são os atores que
469 compõem essa rede para que não haja dispersão de recursos. Em relação ao Seminário dos
470 conselheiros que é uma expectativa e um combinado que existia, um ano um encontro dos
471 conselheiros, no outro a Conferência. Dessa forma, foi incluído esse encontro e ainda para os
472 Conselheiros existe um curso de capacitação com a UEPG que também já foi acompanhada a
473 discussão. Em seguida, apresentou o **Programa Liberdade-Cidadã** baseado na formação
474 continuada do servidor, contemplando 800 profissionais, abrangendo também os professores e
475 com atenção aos programas de semi-liberdade que necessitam de prioridade e consolidação da
476 proposta de trabalho com suas especificidades, representando 100 pessoas no valor de
477 cinquenta mil reais. Seria, na verdade, um apoio para o fortalecimento das ações dos núcleos de
478 defesa de adolescentes em conflito com a lei; outro material a ser distribuído no sistema de
479 justiça juvenil são publicações, além dos cadernos do IASP, que podem ser reproduzidas,
480 sintetizando a proposta no valor de vinte mil reais, capacitação dos gestores do programa já
481 conhecido que está recebendo financiamento do Conanda, essa é a contrapartida: uma formação
482 em gestão socioeducativa e agora está definitivamente acordado com as universidades. Quem
483 tiver a oportunidade de fazer essa especialização estará se apropriando do sistema
484 socioeducativo como um todo e não só da unidade. Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à
485 Comunidade, trouxe uma discussão feita com a **Conselheira Creusa** sobre a questão de
486 ampliação, dos participantes não só para os programas específicos, ocorrendo uma discussão

88
89
90

91
92
93
94
95
96
97



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR



487para ampliá-los incluindo a rede de atendimento a adolescentes e dessa forma aumentando o
488valor. Sugeriu-se, assim, chegar aos 800 participantes. A **Presidente** apresentou uma sugestão
489na capacitação dos Conselhos Tutelares e de Direitos, mencionando que a **Dra. Ana** teve a idéia
490de elaborar um compêndio de legislação relativa à Criança e ao Adolescente, não só o estatuto
491mas as normativas internacionais. Colocou-se que o valor ficou bem alto e que seria bom colocar
492a data na tabela para 2008 e 2009. A **Conselheira Ane** considerou que na divisão dos 800, deve-
493se especificar, para a rede, quantas vagas serão destinadas para as entidades acolhedoras. A
494**Srta Aline** informou que uma parte da capacitação desse ano contemplou o levantamento da
495rede, informando que não se sabe se será possível especificar agora o número de vagas, porque
496será preciso resgatar e identificar essas instituições; sugeriu que se faça inicialmente esse
497mapeamento para depois definir as vagas, porém, a sugestão é pertinente. A **Conselheira Paula**
498falou da sua preocupação em utilizar recursos do FIA para capacitar profissionais de saúde,
499educação e demais áreas, pois esses estão ligados às suas secretarias e esses organismos têm os
500seus orçamentos próprios. A **Presidente Thelma** colocou que o grande público do conjunto
501dessas capacitações são conselheiros municipais, conselheiros de Direito, gestores públicos
502municipais, gente que opera medida socioeducativa, gente que opera a medida protetiva
503informando que tem funcionário público do Estado e a Secretaria da Criança que operam a
504internação e a semi-liberdade; na saúde mental da drogadição tem os trabalhadores do CAP'S e
505da Comunidade Terapêutica que são quem atendem, porém o público está focado em quem
506atende a criança e quem opera a medida e se for somado vai ter muito menos funcionário do
507Estado do que Gestor Municipal, do que operador de entidade. O **Sr. Roberto** fez apresentação
508referente ao **Programa Liberdade-Cidadã** (Anexo 3) informando que a idéia é trazer todos os
509programas relacionados ao socioeducativo – a privação de liberdade e as medidas
510socioeducativas em meio aberto – para um só programa, concentrando nas deliberações relativas
511às ações de execução direta do Estado as medidas em meio aberto; o texto desse programa traz
512uma justificativa das ações e das necessidades de um programa dessa natureza. Na seqüência,
513apresentou as diretrizes do trabalho socioeducativo que prevalecem tanto para as medidas
514socioeducativas em meio aberto, quanto para as medidas socioeducativas de privação e de
515restrição de liberdade, passando para os objetivos gerais dos projetos que são: estruturação,
516descentralização e qualificações dos programas de privação e de restrição de liberdade sob
517responsabilidade exclusiva do Governo do Estado, fortalecimento estruturação dos programas de
518medidas socioeducativas em meio aberto, Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à
519Comunidade, mediante apoio técnico e financeiro do Governo do Estado, dos municípios e das
520entidades, criação de condições objetivas ou potencialização para que o adolescente construa
521um percurso de desenvolvimento pessoal e social garantindo um exercício dos direitos e dos
522deveres inerentes aos cidadãos. Na seqüência, dividido em objetivos específicos das medidas
523socioeducativas de restrição e de privação de liberdade e os objetivos específicos das medidas
524socioeducativas em meio aberto, passando para a questão do acesso dos recursos e da
525metodologia, sendo esse o programa. Na prática, a deliberação teria o texto sobre a construção
526de cinco casas de semi-liberdade em Maringá, Paranavaí, Toledo, Umuarama e Curitiba, a
527construção de uma escola de socioeducação em Curitiba, a equipagem das unidades de
528socioeducação com material esportivo e pedagógico com projetos específicos próprios, criação
529de estúdios de radio e TV também em uma proposta pedagógica própria para o centro de
530socioeducação, o projeto de Ameaçados de Morte que já foi deliberado anteriormente por este
531Conselho, o projeto Pais que trabalha com a família, qualificação profissional dentro das
532unidades socioeducativas e o co-financiamento dos programas, ampliação e reformas nos centros
533que também foi deliberado por este Conselho, o programa de egressos que é a bolsa egresso
534também deliberado anteriormente e o co-financiamento dos programas de execução de medidas
535socioeducativas em meio aberto em um total de quatro milhões e duzentos e setenta e três mil;
536em seguida, o pagamento de estagiários e qualificação profissional do adolescente aprendiz
537correspondente ao programa Adolescente Aprendiz, com um total de treze milhões quinhentos e
538noventa e três mil, nove milhões de execução do Estado e quatro milhões de repasse aos
539municípios. Essa seria a tabela da deliberação, aumentando o valor de quinhentos mil na
540execução do Estado, na qual não havia sido incluso o projeto dos Ameaçados de Morte, tendo

98
99
100

101
102
103
104
105
106
107



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR



541 sido essa a única alteração na tabela apresentada. A **Conselheira Eliana** informou que o
542 atendimento é feito pelo município, porém, existem casos em Curitiba de adolescentes que estão
543 em conflito com a lei no LA, não têm família e precisam voltar para o abrigo. Questionou se esses
544 casos iram ser contemplados no programa ameaçados de morte. O **Sr. Roberto** informou que a
545 idéia é de que haja um Conselho em cada município e esse Conselho discutiria cada caso para
546 decidir se essas crianças estão na condição de ameaçados. A porta de entrada do programa vai
547 ser o Ministério Público, porém, será da competência de um Conselho que irá incluir pessoas que
548 realizem a gestão tanto de programas protetivos quanto socioeducativos, mais o Poder Judiciário
549 e o Ministério Público, sendo essa a proposta do projeto Ameaçados de Morte. Informou ainda
550 que acontecerá uma reunião com a equipe de Brasília, que financiará esse programa em outros
551 estados. Em relação às Medidas Socioeducativas em meio aberto, foi realizado um estudo para
552 elencar a partir dos índices de violência os municípios que teriam a maior demanda para o
553 socioeducativo e assim poderem ser co-financiados na perspectiva apresentada na reunião
554 passada do Conselho; inicialmente, todos os municípios terão acesso à capacitação continuada
555 proposta pelo Cedca e formulada, orientada e executada pela Secretaria, o acompanhamento e a
556 cooperação técnica a realizar-se pelas equipes regionais e técnicos do Centro Socioeducação,
557 com apoio e orientação técnica feitas pela Sede da Secretaria. Os municípios com menor
558 demanda poderão estruturar seus programas a partir dos profissionais que já realizam trabalhos
559 nas áreas da infância e juventude inserindo os adolescentes em programas locais já existentes,
560 na perspectiva da não-criação de demanda e não-estigmatização do adolescente. Nessa
561 perspectiva, para a escolha dos municípios teve-se o entendimento de que municípios com
562 receita per capita maior que dois mil reais não receberiam recurso, por se entender que eles têm
563 uma capacidade de resposta muito alta, e na prática no Estado, entre os escolhidos que ficariam
564 sem o repasse de recursos, Araucária por se entender que ele a capacidade de resposta para
565 gerir o problema. E entrariam todos os municípios com o número de passagem de adolescentes
566 em delegacia superior a cinquenta na média entre o ano de 2006 e novembro de 2007, todos os
567 municípios com homicídios superior a doze no ano de 2006, municípios com procedência de
568 internação superior a oito adolescentes na média entre os anos de 2005, 2006 e 2007 e
569 municípios com internação superior a quarenta e cinco adolescentes em Liberdade Assistida e
570 Prestação de serviços à Comunidade que deu um total de quarenta e nove municípios. Para
571 definição dos valores a serem repassados foi necessário fazer uma meta de atendimento que é o
572 percentual dos números de adolescentes em Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à
573 Comunidade, em relação à população de 0 a 17 anos em famílias com renda menor que meio
574 salário mínimo, resultando em três faixas de método de atendimento, seriam 2% dessa
575 população, 1,5% e 1%, para definição do valor a ser repassado conforme capacidade de resposta
576 do município. Ficou a seguinte proposta: Municípios com receita per capita menor que
577 setecentos reais receberão o equivalente ao valor de setenta e nove reais mensal por
578 adolescente, municípios com receita per capita entre setecentos e mil e cem reais receberão o
579 valor equivalente a quarenta e seis reais mensal, municípios com receita per capita maior que
580 mil e cem reais receberão o equivalente a vinte e três reais por adolescente mês, o valor mínimo
581 de financiamento por município será de trinta mil reais por ano sendo que o total de co-
582 financiamento do Estado é de quatro milhões, duzentos e trinta e três mil, duzentos e dezesseis e
583 quarenta conforme tabela apresentada. A perspectiva de focar é exatamente entrar no sentido
584 de sensibilização dessas prefeituras e informar que existe essa demanda e problemas, que estão
585 comprovados por dados e entrar com articulação da Secretaria, com as equipes regionais para
586 que esses municípios se sensibilizem para execução do programa. Esses 49 municípios atendem
587 a 82% da demanda de todo o Estado em LA e PSC, por isso essa priorização atende, ou deveria
588 atender. Os 18% restantes estão espalhados em pequenas quantidades nos demais municípios.
589 Em relação às Linhas de Ação, há uma priorização em relação ao financiamento de linhas de
590 atendimento que beneficiem diretamente o atendimento do adolescente, priorização para
591 qualificação profissional, o trabalho com as famílias, atividades de cultura, esporte e lazer,
592 qualificação, estruturação dos espaços de atendimento. A **Presidente** destacou a importância de
593 que não se está passando para o município gastar no que ele quiser e sim co-financiando com
594 recurso do Estado, para complementar um programa municipal que é responsabilidade

108
109
110

111
112
113
114
115
116
117



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR



595municipal para priorizar três itens que estão faltando: a qualificação profissional dos
596adolescentes que tem programas que não tem nenhuma oportunidade, o trabalho com a família
597que tem programas que não realiza e atividades de esporte e cultura. Muito das LA e PSC
598viraram uma política cartorial, ainda informou que não gostaria de incluir estruturação física,
599porém, existem municípios que muitas das vezes só está faltando uma sede, dessa forma achou-
600se melhor nesse ano manter esse item, porém, mais adiante seria interessante extinguir a
601construção de espaço físico e ficando restrito para a qualificação profissional, nas atividades
602esportivas e de lazer e no trabalho com a família. Dessa forma, o município deve pagar o técnico
603que irá acompanhar e arcar com as demais despesas. A **Conselheira Ires** solicitou que fosse
604mais especificada a questão de serviços de terceiros pessoa jurídica, informando que está muito
605abrangente, questionou o que pode ser contratado através de serviços de terceiros. Após
606discussões, a **Sra. Presidente** se comprometeu na primeira reunião do ano de 2008 ou em
607março, depois de resolvidas essas demandas, construir instrumentos de monitoramento e a
608equipe se dispõe em trazer para a reunião os instrumentais e o Conselho elaborará. O **Sr.**
609**Roberto** colocou que devem lembrar com relação aos requisitos para solicitação desse recurso,
610como uma das exigências que é a criação de uma Comissão Municipal de implantação e
611avaliação das medidas socioeducativas, uma perspectiva que o Sinase exige é que tenha uma
612comissão nos níveis nacional, estadual e municipal para implantação do Sinase e para
613implantação e avaliação das medidas socioeducativas, é um exercício muito próximo do que
614Londrina faz nas discussões dos casos, é propor que todos os municípios tenham esse
615mecanismo, essa comissão prevê Executivo, Judiciário e Ministério Público e as entidades de
616atendimento, com o objetivo de ser mais um instrumento na avaliação e acompanhamento desses
617projetos, com a perspectiva de fazer uma comissão a nível de Estado no começo do ano com
618representantes do Conselho Estadual, Poder Executivo, Judiciário e Ministério Público. A
619**Presidente** solicitou se caso alguém tenha alguma sugestão de capacitação informando que
620poderia retomar a discussão. A **Presidente** sugeriu que se quando for analisar os projetos de
621capacitação que no próprio projeto se coloque essa questão da continuidade. A **Presidente**
622ainda informou que a idéia seria de que essas deliberações eliminassem todas as anteriores, a
623**Conselheira Ane** questionou qual seria o valor mínimo que as instituições poderiam solicitar, e
624o **Sr. Roberto** informou que no mínimo seriam trinta mil, entendeu-se que não vale a pena para
625se estruturar um programa fazer convênios menores e para ser um valor atraente para as
626entidades e Prefeituras acionarem. A **Presidente** considerou que está diminuindo a questão da
627contrapartida, com uma proposta de contrapartida de 5% para entidades e 15% para Prefeituras,
628devido a grandes reclamações. Imaginando que baixando a contrapartida e tendo maior
629monitoramento e fiscalização, vai estimular que haja mais programas e que utilizem bem os
630recursos. A **Presidente colocou em votação o programa. O mesmo foi aprovado.** Ainda
631solicitou que tivessem paciência com o Estado, informando que essas deliberações não foram
632para avaliação do Governador, onde tem acontecido que o Conselho tem deliberado e o
633Governador não tem autorizado as despesas, dessa forma está se perdendo muito dinheiro, e
634propôs ao Conselho terminada as votações de se comprometer a levar ao Governador para
635avaliação e autorização.

636O **Sr. Valtenir** considerou correr-se o risco da não-efetivação dessas propostas, porém, do ponto
637de vista do Conselho, o Governo está representado através da nomeação da bancada de
638Conselheiros Governamentais, assim qualquer questionamento a cerca do erro ou acerto da
639Deliberação, será realizado através dos seus representantes. Avaliou que tais assuntos deveriam
640ser primeiramente autorizados pelo Governador e depois vir para o Conselho fazer os ajustes.
641Completo que o Conselho não poderá abrir mão de aprovar e deliberar políticas, se o
642Governador irá autorizar é uma outra questão. A **Conselheira Presidente** informou que o
643**Governador Requião** necessita avaliar essas propostas. O representante do Fórum **Sr.**
644**Valtenir** questionou qual seria o procedimento caso o Governador não autorize, e a **Presidente**
645disse desconhecer. A **Presidente** considerou apenas existir uma preocupação com relação à
646despesa não se efetivar pois se os recursos saem do Orçamento do Estado nada se faz sem
647autorização do Governador, mesmo que o Conselho delibere. A **Conselheira Ires** reforçou a fala
648do **Sr. Valtenir** colocando que esse Conselho é de caráter deliberativo e todas as deliberações

118
119
120

121
122
123
124
125
126
127



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR



649independente do órgão gestor ou não, é preciso publicar, após as discussões. A **Presidente**
650reportou-se ao que havia sido votado, o Programa Liberdade-Cidadã, e em seguida apresentou o
651geral dos outros programas. Foram questionados pela **Conselheira Ane** dados referentes à
652contrapartida da obra do Centro de Socioeducação de São José dos Pinhais, do Programa
653Liberdade-Cidadã, quando a **Sra. Presidente** informou existir a hipótese de não se receber esse
654dinheiro, já que houve o encaminhamento de três projetos para o Governo Federal: o de
655construção de um novo centro em São José dos Pinhais que corresponderá a seis milhões, sendo
656quatro milhões e oitocentos do Governo e um milhão e oitocentos com recursos do FIA, a
657capacitação de diretores e de conselheiros de Direitos e Tutelares da UEPG. O retorno do
658convênio só veio para capacitações, para a obra o Governo Federal talvez não tenha recursos
659devido ao corte da CPMF. A **Presidente** informou que tal assunto já havia sido deliberado,
660foram propostos três projetos e esses foram aprovados e entregues ao Governo Federal. A
661**Conselheira Denise** colocou uma preocupação e o indicativo de desenho de algumas
662possibilidades: Na Política de Assistência Social, desse elenco de dez municípios, dois deles têm
663problemas: Foz do Iguaçu tem quase um milhão de reais repassados pelo Estado e pelo Governo
664Federal, e na verdade essa política não foi executada, e o Município de Pinhais onde existem
665denúncias apresentadas nos dois Conselhos Estaduais e que abriu mão de todos os recursos
666Federais para execução de serviços nessa área. Logo no início do ano, a Tribunal de Contas da
667União e Ministério Público tentarão um termo de ajuste e compromisso; sugeriu que fosse
668pensado desresponsabilizar esses municípios pois não há como executar essas ações sem o apoio
669das prefeituras. A **Presidente** informou que diante dessa observação pode-se ter um exercício
670de substituição, analisando quais seriam os outros cinco ou dez próximos municípios. Deverá ser
671considerada a possibilidade de se ter um Comitê Intersecretarial das áreas de Educação e Saúde
672do Estado atuando nos municípios com o apoio de um coordenador local. Continuou a
673**Conselheira Denise** informando que na verdade deve-se amarrar exatamente essa continuidade
674na hora em que o município se compromete a implantar esse recurso para construção. Em
675seguida, deverá se credenciar para receber o recurso de manutenção. No caso da Política de
676Assistência, devem ser implantados quatro CRAS nas áreas de maior vulnerabilidade. Para o
677curso de especialização serão colocadas pessoas do quadro do Estado, da Secretaria e do quadro
678das prefeituras e provavelmente serão indicados as pessoas dos CRAS, com qualificação. A
679**Presidente** colocou que durante certo tempo o FIA poderá financiar e junto com a continuidade
680promover um termo de ajuste. A **Srta. Aline** lembrou que para a continuidade existem muitos
681recursos e os gastos do município para o projeto giram em torno de oitocentos mil reais para um
682período de dois anos. A **Conselheira Ires** comentou que realmente o serviço auxiliar da
683Infância não possui mais equipe, estão sendo utilizados profissionais cedidos às prefeituras,
684ainda questionou quando foi feito o último concurso no Judiciário para as equipes do SAI
685(Serviço Auxiliar da Infância), dessa forma, é de interesse deles que se organize o concurso
686urgentemente. A **Conselheira Denise** informou a sua preocupação já que todas as equipes
687prevêem profissionais contratados mediante concurso público em cada uma dessas esferas; no
688Judiciário, há mais de vinte anos não se faz concurso e as equipes que atendem LA e PSC não
689são concursadas, só as Varas da Capital e Região Metropolitana é que possuem equipe
690concurada, recebem um terço do valor do que as demais equipes recebem e não têm nenhuma
691garantia; a precarização dessas relações de trabalho são bastante preocupantes. Esses órgãos se
692utilizam de diversas estratégias para poderem viabilizar. Em relação ao Ministério Público,
693informou que há um projeto de lei na Assembléia que passou nas comissões, porém, nunca
694entrou na pauta de votação, esse prevê um concurso público ampliando mais vinte vagas para
695técnicos de nível superior em Serviço Social e Psicologia nas comarcas e nos Centros de Apoio e
696Varas Especializadas, foi aprovado por todas as comissões, porém, não foi para votação,
697referindo-se aos Núcleos de Educação, será possível desde que haja a implantação gradativa,
698medida que a Secretaria de Estado colocaria em prática. A **Sra. Angelina** informou que existe
699um universo de duas mil e cem escolas e no mínimo três pessoas compõem a equipe, a Educação
700dificilmente conseguiria numa rede de um milhão e meio de alunos, cinquenta e seis mil
701professores e duas mil e cem escolas promover um teste desses. Deu exemplo de que no
702primeiro semestre do ano anterior onze mil alunos se evadiram da escola, seis mil alunos

128
129
130

131
132
133
134
135
136
137



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR



703conseguiram ser trazidos de volta, porém, quatro mil não, sendo justamente para correr atrás
704desses quatro mil que não conseguiram ser trazidos de volta que essa equipe poderia ter uma
705atuação mais significativa. A **Presidente** informou que o custo não é alto, porém, a questão é
706mais de princípio. Disse que a **Sra. Angelina** e a **Conselheira Denise** já fizeram a defesa da
707importância de usar como teste e como sistema para estimular a estratégia de como conseguir,
708porém, outras pessoas fizeram a defesa contrária. Sugeriu, ainda, que fizesse mais uma ou duas
709defesas para em seguida colocar em votação e em seguida voltar para os outros pontos não
710discutidos que é a continuidade ou descontinuidade. A **Conselheira Jacqueline** colocou que
711entende quando coloca a questão de testar, porém, que os dados já comprovam que deveriam
712ter as equipes tanto na Educação quanto no Judiciário, não sendo possível com uma grande
713demanda não ter concurso há tanto tempo, política pública não se faz dessa forma e não é o FIA
714que irá resolver. A **Presidente** colocou que se a maioria do Conselho entender que deverá ser
715retirado, assim o será. Sugeriu financiar com o FIA uma pesquisa em relação à estrutura do
716Judiciário, e os processos que estão parados. A **Presidente** retirou a proposta para ser
717amadurecida num outro momento, a **Conselheira Eliana** colocou se essa pesquisa vai ajudar a
718pressionar o Judiciário para ter sua equipe, se for dessa forma colocou que vale a pena efetivá-la.
719O **Sr. Valtenir** sugeriu proposta de encaminhamento com todas as alterações e sugestões
720retomando a proposta do amadurecimento, colocou se não seria interessante refazer tudo isso,
721elencar esses pontos levantados e voltar para aprovação no mês de fevereiro. A **Presidente**
722informou que acha muito precipitado pois até agora só tiveram uma mudança concreta que é o
723que está sendo votado. Informando que esse programa vêm sendo discutido há dois meses:
724entendendo que ainda não foi votada a questão da Vara, em relação à continuidade ou
725descontinuidade. Até o presente momento não foi colocada nenhuma proposta; sugeriu que se
726faça uma discussão para decidir se sai daqui uma proposta ou se apenas se ajusta. Colocou-se
727em votação a questão das Varas de Infância, com 2 propostas; - **Proposta n.º1**; ficará mantido e
728avaliado na **seqüência (6 votos) – Proposta n.º 2**; retira-se e avalia-se posteriormente (**7**
729**votos**) e mais **1 abstenção**. A **Conselheira Denise** fez um encaminhamento concreto em
730relação à continuidade, informando que nos convênios deve-se amarrar essa questão, bem como
731a integração da equipe. Os municípios que só possuem 1 CRAS deverão providenciar os outros
732três. A **Presidente** referendou; durante a elaboração dos projetos um a um nos municípios, que
733se trabalhe a equação da continuidade, vinculando as ações com as respectivas políticas públicas
734e equipes mínimas de trabalho. A plenária se manifestou, sugerindo que os municípios
735problemáticos possam ter uma desistência formal do programa e que os recursos possam ser
736redirecionados a outros municípios. Com referência aos demais programas, estariam abertos a
737possíveis ajustes, podendo pois considerá-los aprovados. Nesse momento, o **Conselheiro Lúcio**
738solicitou um espaço para a Sociedade Civil se reunir e discutir sobre os assuntos tratados. A
739**Conselheira Ires** foi a porta voz do grupo, informando que já haviam discutido há três meses
740sobre as questões da referida deliberação, sabendo que é uma mudança de paradigma. Foram
741analisados diversos questionamentos, principalmente em relação ao **Programa Atitude** que
742propõe um valor significativo do FIA para 10 municípios. Pensou-se em não aprová-lo, porém,
743foram ponderadas várias situações, principalmente desse dinheiro permanecer sem uso.
744Concluíram que isso trará problemas e conseqüências graves em relação à entrada de recursos
745do Fundo. O mais grave no trâmite dessas 4 deliberações foi a desinformação da Sociedade Civil,
746pois os Governamentais estão construindo o processo e a Sociedade Civil apenas recebendo
747informações. Posicionou-se dizendo que gostariam de fazer realmente parte da construção da
748política de atendimento à Criança e ao Adolescente. Aceitarão a proposta do **Programa Atitude**,
749deixando claro que ocorreram ressalvas da Sociedade Civil; estão descontentes com relação ao
750atendimento e ao valor de 46 (quarenta e seis milhões) para atender apenas 10 municípios.
751Completo a **Conselheira Paula**, pontuando que efetivamente a Sociedade Civil deseja
752participar da construção informando que da última reunião até o momento entrou em contato
753várias vezes com a **Srta. Aline** e **Ana Lídia**, deixando recado para que pudessem encaminhar-
754lhe o material. Devem transformar as Câmaras realmente num espaço de construção de
755políticas, usando o apoio técnico da SECJ. Outro ponto discutido é que na deliberação do
756**Programa Atitude**, existe um item que diz incluir no Programa local a denominação do

138
139
140

141
142
143
144
145
146
147



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR



757 Programa Estadual, com o nome do programa em relatório institucionais e publicidade. Deve sim
758 constar o nome do Cedca. **A Presidente** informou que essa cláusula já havia sido retirada de
759 ambos os projetos. A **Conselheira Creusa** informou que discutiu-se o fato de os municípios
760 menores terem ficado de fora. Deve-se pensar numa nova deliberação para esses municípios no
761 início de 2008. Deverá ficar registrado o desejo de todos os Conselheiros da Sociedade Civil.
762 Outro ponto: - em fevereiro e março, na negociação que as equipes da SECJ vão fazer nessas 10
763 prefeituras, esteja junto o Conselheiro da região. Na verdade, o Cedca tem trabalhado com
764 maior participação da Sociedade Civil, com menor número de Governamentais. **Programa**
765 **Crescer em Família: Promotora Marcela e as Conselheiras Paula e Eliana** preocuparam-
766 se com a Família Extensa, informando a proposta de retrabalhar no padrão do Governo Federal
767 que determina 120 (cento e vinte reais) por Criança. Como se está estabelecendo duas Crianças
768 no máximo em cada família, exceto grupo de irmãos, ficariam 240 (duzentos e quarenta reais);
769 da **Família Acolhedora** será avaliada a demanda, até 10 (dez) Crianças 15 (quinze mil), entre
770 dez e trinta 25 (vinte e cinco mil), entre 35 e 50 crianças 35 (trinta e cinco mil), 55 é o teto
771 limite, o que foi mudado na deliberação. **8. Encerramento:** Como últimas ponderações, a
772 plenária do Conselho deliberou pela aprovação de todos os programas e deliberações
773 apresentadas. Cópia das deliberações será enviada via internet e, como mencionado
774 anteriormente, todas as alterações estarão concentradas nos endereços eletrônicos da
775 superintendente da Área Protetiva e sua equipe. A presidente encerrou a reunião agradecendo a
776 presença de todos. A presente ata foi digitada por Sidiane Renata de Lima Carlos, Assistente da
777 Secretaria Executiva dos Conselhos e lavrada por mim, Regina Amasiles Rodrigues Costa,
778 Secretária Executiva/Conselhos. Depois de lida e aprovada, terá anexada a cópia da lista
779 assinada pelos conselheiros presentes nesta reunião e disponibilizada na página eletrônica da
780 Secretaria de Estado da Criança e da Juventude (www.secj.pr.gov.br).

148
149
150